A Face Oculta do Capital: Trabalho Reprodutivo, Violência de Gênero e Resistência Interseccional na Dinâmica Capitalista

POVOA, Guilherme Henrique Ferreira[1]

OLIVEIRA, João Pedro Satrapa[2]

BERNARDO, Victor Simões[3]

RESUMO

O presente artigo analisa a dinâmica da economia política contemporânea a partir da intersecção entre a acumulação primitiva de capital e a subversão dos papéis sociais de gênero. Utilizando o Materialismo Histórico Dialético (MHD) como método de abordagem e ancorando-se nas contribuições teóricas de Karl Marx, Silvia Federici, Isabella Bakker e Patricia Hill Collins, a pesquisa investiga como a expropriação do trabalho reprodutivo e a violência política operam como pilares estruturais e contínuos do sistema capitalista. Argumenta-se que a consolidação e a manutenção do capital não dependem apenas da exploração na esfera produtiva, mas da contínua invisibilização do cuidado e do controle dos corpos femininos e racializados. A análise demonstra que fenômenos contemporâneos como a ascensão de movimentos de extrema direita, a estetização das *tradwives*, o aprofundamento das cadeias globais de cuidado e as tragédias resultantes de políticas neoliberais de austeridade representam atualizações sistêmicas dessa engrenagem de expropriação. Através da lente da interseccionalidade, o estudo evidencia que as opressões de gênero, raça e classe não atuam de forma isolada, mas conformam uma matriz de dominação fundamental para baratear os custos da reprodução social e estratificar a classe trabalhadora global. Conclui-se que a formulação de resistências e alternativas viáveis para o futuro do capitalismo exige o reconhecimento central do trabalho reprodutivo e a desarticulação da arquitetura patriarcal e racista que sustenta a acumulação de mais-valia.

PALAVRAS-CHAVE: Acumulação Primitiva; Interseccionalidade; Reprodução Social; Divisão Sexual do Trabalho; Economia Política.

ABSTRACT

This article analyzes the dynamics of the contemporary political economy through the intersection between primitive accumulation of capital and the subversion of gendered social roles. Using Historical-Dialectical Materialism (HDM) as its methodological approach and drawing on the theoretical contributions of Karl Marx, Silvia Federici, Isabella Bakker, and Patricia Hill Collins, the research investigates how the expropriation of reproductive labor and political violence operate as structural and ongoing pillars of the capitalist system. It argues that the consolidation and maintenance of capital do not depend solely on exploitation in the productive sphere, but also on the continuous invisibilization of care work and the control of female and racialized bodies. The analysis demonstrates that contemporary phenomena such as the rise of far-right movements, the aestheticization of tradwives, the deepening of global care chains, and tragedies resulting from neoliberal austerity policies represent systemic updates of this machinery of expropriation. Through the lens of intersectionality, the study shows that oppressions related to gender, race, and class do not operate in isolation, but rather form a matrix of domination fundamental to lowering the costs of social reproduction and stratifying the global working class. It concludes that the formulation of resistance strategies and viable alternatives for the future of capitalism requires recognizing the centrality of reproductive labor and dismantling the patriarchal and racist architecture that sustains the accumulation of surplus value.

[1] Graduando em Relações Internacionais, IERI-UFU, Uberlândia, Minas Gerais, guilherme@povoa.ufu.br

[2] Graduando em Relações Internacionais, IERI-UFU, Uberlândia, Minas Gerais, jpsatrapaoliveira@ufu.br

[3] Graduando em Relações Internacionais, IERI-UFU, Uberlândia, Minas Gerais,victor.bernardo@ufu.br

KEYWORDS: Primitive Accumulation; Intersectionality; Social Reproduction; Sexual Division of Labor; Political Economy.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o debate público e as plataformas digitais têm sido palco para a ascensão vertiginosa de movimentos de extrema direita e comunidades de radicalização misógina, a exemplo da chamada "*Red Pill*" e do fenômeno estético das *Tradwives* (esposas tradicionais). Longe de serem meros retrocessos comportamentais ou modismos virtuais isolados, essas narrativas operam como engrenagens ideológicas perfeitamente alinhadas às necessidades de reestruturação do capitalismo contemporâneo, especialmente diante de suas crises sistêmicas. A crescente romantização da mulher restrita à esfera doméstica seja sob a roupagem fetichizada de "esposa troféu" ou da dona de casa voluntariamente submissa representa uma subversão dos papéis de gênero que possui uma função econômica clara, com isso, ao fomentar uma cultura machista que ataca a autonomia feminina e prega a volta a uma suposta "ordem natural", o sistema capitalista atualiza seus mecanismos para garantir que o trabalho reprodutivo e de cuidado continue sendo exercido de forma gratuita, invisível e compulsória. A mulher volta a ser empurrada para o papel de mera "máquina" de reprodução da força de trabalho, absorvendo nos ombros do trabalho doméstico os choques do desmonte das políticas públicas e do Estado. Como alertam autoras da reprodução social, a exemplo de Silvia Federici e Isabella Bakker, a acumulação de capital jamais se sustentou sem a degradação e a expropriação contínua dos corpos femininos e a violência política e discursiva promovida por esses grupos misóginos atuais funciona, portanto, como uma tecnologia de controle para baratear o custo da vida e do trabalho.

Contudo, essa máquina de subversão capitalista não atinge todas as mulheres de forma homogênea. O ideal de proteção e pureza da "esposa tradicional" no lar sempre foi, historicamente, um privilégio branco e burguês, ao introduzir o debate da interseccionalidade, torna-se evidente que a instrumentalização do gênero pelo capital se articula diretamente com a raça e a classe. A exploração vivenciada por uma mulher negra, que historicamente teve seu corpo mercantilizado e seu trabalho forçado fora do lar, ou a marginalização imposta a mulheres trans e travestis, revelam que as lutas e as violências são distintas, mas estruturalmente interligadas pelas mesmas correntes de uma economia política fundamentada na exclusão. É a partir desse cenário de crise e resistência que a presente pesquisa se justifica com o debate contemporâneo sobre o futuro do capitalismo e de como a superação de suas crises sistêmicas exige um retorno crítico e rigoroso às bases materiais de sua formação. A economia política clássica, fundamentada na obra de Karl Marx “O Capital 1” (1867), estabelece a "acumulação primitiva" como o processo histórico de expropriação que separou o trabalhador de seus meios de produção, criando o trabalhador livre e as bases para a relação capital-trabalho. Contudo, a compreensão dessa dinâmica de poder e das assimetrias globais

permanece incompleta se a análise focar exclusivamente na esfera produtiva mercantil, já que a formação do sistema capitalista não dependeu apenas do cercamento de terras, mas de uma profunda reestruturação das relações sociais e da expropriação da reprodução social, principalmente no que tange os papéis de gênero e raça.

Diante desse cenário, emerge a questão central desta pesquisa: De que maneira o sistema capitalista subverte e instrumentaliza os papéis sociais de gênero para assegurar a sua contínua acumulação de capital, e como a lente da interseccionalidade revela a perpetuação dessa violência estrutural na divisão do trabalho? A hipótese que norteia este estudo é a de que o capitalismo não se limitou a herdar passivamente uma cultura patriarcal preexistente; pelo contrário, ele ativamente a moldou e subverteu, relegando as mulheres ao trabalho reprodutivo não remunerado e os homens ao trabalho produtivo assalariado. Essa subversão dos papéis de gênero funciona como um subsídio essencial e oculto para a acumulação capitalista, barateando o custo da força de trabalho. Além disso, essa engrenagem é sustentada por uma violência política contínua e institucionalizada, que opera de forma interseccional atravessada por marcadores de raça e classe, aprofundando a exploração estrutural.

Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo é evidenciar como o sistema capitalista se apropria, molda e subverte os papéis sociais de gênero, utilizando essa clivagem como um mecanismo basilar para a sua acumulação e reprodução ininterrupta. Para alcançar tal propósito, delineiam-se os seguintes objetivos específicos: 1. Analisar a relação dialética entre capital e trabalho a partir da divisão sexual, destacando a valoração do trabalho produtivo masculino em detrimento do trabalho reprodutivo feminino; 2. Investigar como o modelo capitalista se estruturou sobre uma cultura machista, transformando a dominação patriarcal em um instrumento político e econômico de controle dos corpos; e 3. Debater a interseccionalidade na engrenagem capitalista, evidenciando como os eixos de gênero, raça e classe se articulam para intensificar a expropriação das parcelas mais vulneráveis da classe trabalhadora.

Para o desenvolvimento da pesquisa, adota-se como metodologia o Materialismo Histórico Dialético (MHD) onde através dessa lente, amparada pelas contribuições de Silvia Federici, Isabella Bakker e Patricia Hill Collins, buscar-se-á apreender a realidade em sua totalidade e movimento. O MHD permite compreender as hierarquias de gênero e raça não como fenômenos ideológicos isolados, mas como dimensões materiais concretas e historicamente determinadas pelas necessidades de reprodução do capital e pela arquitetura do poder global.

2. A BASE MATERIAL: O SEGREDO DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA EM MARX

A “acumulação primitiva do capital, tal qual descrita por Karl Marx no capítulo XXIV do livro primeiro “O Processo de Produção do Capital” de sua obra “O Capital: Crítica da Economia Política”, é o processo histórico que funciona como ponto de partida do modo de produção

capitalista. Não é o resultado da produção capitalista em si, mas sim uma base material constituída fundamentalmente na separação entre o "produtor" e os "meios de produção". Assim, para que o capitalismo conseguisse estabelecer suas raízes, fez-se necessário a divisão de duas classes sociais: de um lado, aqueles que são possuidores do capital, bem como dos meios de produção, do outro, os chamados "trabalhadores livres", que não detém nada além de suas próprias forças de trabalho.

> Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. (Marx, 1996, pág 340)

A base material do capitalismo enquanto modelo exigiu que a "indústria doméstica rural", na qual as famílias camponesas produziam na lógica de subsistência fosse superada e "destruída" para alimentar a produção do capital. Observa-se que as atividades como fiação e tecelagem realizadas para autoconsumo, transformam-se em artigos manufaturados. O que antes era "trabalho autônomo doméstico" se tornou assalariado. Aliado a isso, houveram expropriações violentas destes camponeses, forçando-os a migrarem do campo às cidades para tentar vender sua força de trabalho (Marx, 1996).

Para que a transformação das manufaturas em empresas fabris ocorresse, o sistema capitalista recorreu ao "rapto" de crianças e à exploração feroz das mulheres. Milhares de crianças foram enviadas de casas paroquiais para fábricas no norte da Inglaterra, onde eram submetidas a torturas de diversos modos e jornadas exaustivas de trabalho (Marx, 1996).

> Enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, o impulso para transformar a economia escravista dos Estados Unidos, que antes era mais ou menos patriarcal, num sistema de exploração comercial. De maneira geral, a escravidão encoberta dos trabalhadores assalariados na Europa precisava, como pedestal da escravidão *sans phrase*, do Novo Mundo (Marx, 1996, pág 378)

Neste âmbito, o Estado teve um forte papel no uso da violência focalizada e organizada, que acelerou a transição entre um modelo feudal para, de fato, um capitalista. Enquanto fingiam possuir certo grau de moralidade, a classe dominante ainda enriquecia através da exploração violenta do sistema de colônias. O uso de leis predatórias forçou os então camponeses a se adaptarem à nova lógica de trabalho assalariado (Marx, 1996).

A acumulação primitiva não foi um mero processo econômico, mas sim um ataque à toda uma estrutura de sobrevivência das famílias, onde mulheres e crianças sentiram, em primeira mão, as consequências da perda de autonomia material, sendo forçadas a adentrar em um sistema que nasceu "escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés" (Marx, 1996, pág 379). Marx generalizou a crítica da esfera da produção (a fábrica), mas deixou uma lacuna ao não analisar

profundamente a esfera da reprodução. Quem produz e cuida desse trabalhador assalariado? O capital focou no trabalhador "livre", mas ocultou o trabalho necessário para mantê-lo vivo.

3. A SUBVERSÃO DE GÊNERO E A ACUMULAÇÃO DO CUIDADO: FEDERICI E BAKKER

A transição para o capitalismo, conforme analisa Silvia Federici em sua obra “Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”, preenche uma lacuna fundamental na teoria de Marx, ao revelar que a acumulação primitiva não se limitou ao cercamento de terras e à criação de um proletariado sem posses, mas exigiu, primordialmente, um controle absoluto sobre os corpos das mulheres. Federici (2019) argumenta que a verdadeira acumulação primitiva, muitas vezes ocultada pela historiografia tradicional, consistiu na transformação do corpo feminino em uma "máquina natural de produção de trabalhadores", ou seja, estava ligada apenas a questão da reprodução, o qual é um elemento essencial para garantir o fluxo constante de força de trabalho para o sistema capitalista nascente. Esse processo de expropriação deu origem ao que a autora denomina "patriarcado do salário", uma estrutura em que o capitalismo fragmentou a existência em duas esferas rigidamente distintas: o trabalho produtivo, ligado ao gênero masculino e remunerado, e o trabalho reprodutivo, que está voltado ao cuidado, à limpeza e à procriação, que passou a ser invisibilizado, desvalorizado e relegado ao domínio feminino. Como consequência desse processo, as mulheres foram alocadas a uma condição de dependência econômica em relação aos homens de sua própria classe, dessa forma, consolida-se uma hierarquia que servia diretamente aos interesses da acumulação de capital.

Federici (2019) argumenta que para que essa nova divisão social do trabalho fosse aceita, não bastaram os incentivos econômicos; foi necessária uma repressão sistemática contra qualquer forma de resistência feminina, que para a autora, teve a sua materialização vista na Caça às Bruxas dos séculos XVI e XVII. O fenômeno de caça às bruxas estaria longe de ser um surto de irracionalidade ou loucura religiosa, a perseguição às denominadas como bruxas constituiu um projeto político de terrorismo de Estado desenhado para destruir o controle que as mulheres detinham sobre seus conhecimentos medicinais e sua própria reprodução. Ao demonizar as práticas contraceptivas e o auxílio de parteiras, o Estado criminaliza a autonomia feminina, assegurando que a procriação passe a ser um serviço público forçado ao capital. Sendo assim, a fogueira serviu como ferramenta de domesticação, rompendo a solidariedade comunitária e forçando a mulher para dentro do ambiente doméstico sob a nova ordem capitalista.

Essa lógica de controle e expropriação, contudo, não se encerrou no período estudado por Federici, o fenômeno foi sendo atualizado pelas dinâmicas da economia política global contemporânea. Com isso, a autora Isabella Bakker (2007) expande essa análise ao demonstrar que

a economia política é inerentemente "generificada" (*gendered*), operando através de um "constitucionalismo disciplinar" que isola as decisões econômicas das necessidades sociais. Segundo Bakker (2007), o neoliberalismo promove um silenciamento estratégico sobre a reprodução social, tratando o trabalho de cuidado como um recurso infinito e sem custo. Sendo assim, nas últimas décadas, com as políticas de austeridade e o encolhimento do Estado de bem-estar social resultaram em uma transferência direta de responsabilidades do setor público para o âmbito doméstico. Esse "repasse" depende ativamente da invisibilidade do trabalho feminino para baratear os custos de manutenção do sistema, sobrecarregando as mulheres que precisam compensar a ausência de serviços públicos. Para Bakker (2007), a estabilidade macroeconômica atual é, portanto, subsidiada por uma expropriação contínua do tempo e da energia das mulheres, mantendo a estrutura de desigualdade que Federici identificou na gênese do capital.

Entretanto, é fundamental reconhecer que esse mecanismo não opera de forma universal ou uniforme sobre todos os corpos femininos, uma vez que a organização do cuidado é atravessada por hierarquias de poder que transcendem o gênero. Enquanto o projeto de domesticidade burguesa foi imposto a certas mulheres, a outras foi negado até mesmo o direito de cuidar de suas próprias famílias, evidenciando que a exploração do trabalho reprodutivo possui gradientes de desumanização distintos. O controle dos corpos e a expropriação do cuidado não atingiram todas as mulheres de forma igual. A subversão dos papéis de gênero foi acompanhada, desde o início nas colônias, por uma divisão racial rigorosa para evitar revoltas, o que exige que a economia política de hoje seja analisada por uma lente interseccional, unindo em sua análise as dinâmicas de gênero e raça.

4. A MATRIZ DE DOMINAÇÃO: A INTERSECCIONALIDADE NA ECONOMIA POLÍTICA

Para que a análise das dinâmicas de acumulação capitalista e da expropriação do trabalho reprodutivo seja rigorosa, é imperativo ultrapassar as abordagens de eixo único, com isso, conforme argumentam Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2016), a interseccionalidade consolida-se como uma ferramenta analítica incontornável para compreender a complexidade das desigualdades sociais e a própria arquitetura do poder na era neoliberal na economia capitalista. Em vez de isolar categorias como classe, raça ou gênero, a perspetiva interseccional demonstra que estes marcadores operam de forma simultânea e indissociável, estruturando as posições dos indivíduos no interior da economia política (Collins & Bilge, 2016).

Nesse sentido, o limite das análises fragmentadas torna-se evidente ao observar o mercado de trabalho com o caso histórico das trabalhadoras negras da *General Motors* nas décadas de 1960 e 1970, resgatado pelas autoras, ilustra como a clivagem de opressões produz lacunas nos

movimentos sociais tradicionais já que, enquanto o movimento dos direitos civis centrava a sua atuação na raça, o feminismo hegemônico focava-se exclusivamente no gênero e os sindicatos nas reivindicações estanques da classe trabalhadora, as mulheres negras viam as suas vivências negligenciadas. Isto está intrinsecamente ligado ao fato de serem, simultaneamente, negras, mulheres e trabalhadoras, o que demonstra que enfrentavam uma sobreposição de discriminações que nenhuma destas frentes conseguia, isoladamente, mitigar (Collins & Bilge, 2016).

Esta matriz analítica é fundamental para desvendar as engrenagens do sistema capitalista contemporâneo, uma vez que a relação entre o capital e a classe trabalhadora nunca é uniforme, a identidade dos indivíduos posiciona-os de forma assimétrica perante as estruturas econômicas e as políticas de Estado. Um exemplo paradigmático desta dinâmica estrutural, apontado por Collins e Bilge, é o impacto de grandes eventos impulsionados pelo capital transnacional, como o Mundial de Futebol masculino da FIFA de 2014, no Brasil, no qual ocorreu a realocação de milhares de milhões em fundos públicos para infraestruturas, que aliado à especulação imobiliária e ao desalojamento forçado de populações periféricas, serve para ilustrar como os efeitos dessas políticas do Estado e do grande capital não atingiu a sociedade de forma homogênea. As decisões políticas e a expansão do capital penalizaram de forma desproporcional os indivíduos com base no cruzamento das suas classes sociais, pertença racial e localização geográfica, desencadeando protestos massivos que reivindicam serviços básicos (Collins & Bilge, 2016).

Para destrinchar essa teia que articula o Estado, o capital e as vivências subalternizadas com especial impacto sobre as mulheres é necessário compreender que o poder não atua apenas a nível macroeconômico. Collins e Bilge propõem que a matriz de dominação se organiza em quatro domínios interligados sendo o estrutural (leis e sistemas econômicos), o disciplinar (políticas corporativas e burocráticas), o cultural (ideologia e representação mediática) e o interpessoal (as relações cotidianas) (Collins & Bilge, 2016).

É através desta lente multidimensional que se pode interpretar a atual subversão dos papéis de gênero promovida pelos movimentos reacionários e misóginos contemporâneos, como o fenômeno "*Red Pill*", onde sob a ótica interseccional, estas narrativas não representam apenas disfunções no domínio interpessoal, pelo contrário, operam como mecanismos ativos nos domínios cultural, econômico e estrutural. Uma vez que categorias de análise como gênero e raça ganham materialidade através de relações de poder consagradas, a misoginia atual atua em conjunto com outras lógicas de dominação para restaurar ou perpetuar privilégios históricos. Sendo assim, no contexto de crise do neoliberalismo, a imposição de uma cultura que romantiza a submissão feminina serve o propósito econômico central do capitalismo, que é de garantir que o trabalho reprodutivo e de cuidado continue a ser um subsídio invisível, não remunerado e altamente estratificado por classe e raça (Collins & Bilge, 2016).

Além disso, para que essa análise interseccional da economia política seja completa, é fundamental reconhecer que a matriz de dominação que opera no presente não é um efeito colateral do neoliberalismo, mas o próprio projeto fundacional do sistema. É neste ponto que a estrutura analítica de Collins e Bilge dialoga diretamente com a base histórica levantada por Silvia Federici. Enquanto a interseccionalidade mapeia como a raça, a classe e o gênero são instrumentalizados nas dinâmicas de poder atuais, o resgate histórico de Federici demonstra o porquê dessa configuração, na qual, a subjugação cruzada foi um pré-requisito desenhado pelo capitalismo desde a Idade Moderna (Federici, 2019).

Como visto anteriormente, a consolidação do capital exigiu não apenas a expropriação de terras, mas uma acumulação de diferenças e divisões dentro da própria classe trabalhadora, por conta disso, o sistema operou sob a mesma lógica violenta em diferentes frentes com a exclusão da mulher do trabalho assalariado e a imposição do "patriarcado do salário", com isso, como exemplo, no continente europeu essas duas características caminharam lado a lado com a criminalização de seus corpos e com a escravização e demonização de populações nas Américas e na África, sendo assim, a intersecção entre racismo e sexismo foi, portanto, ativamente legislada e forjada para desumanizar esses grupos e fragmentar qualquer possibilidade de solidariedade e aliança de classe entre os oprimidos (Federici, 2019).

Dessa forma, ao analisar os atuais movimentos reacionários e as políticas estatais de austeridade através da lente da interseccionalidade, percebe-se que a tripla opressão vivenciada por mulheres, especialmente as mulheres negras e periféricas, é a manutenção direta dessa engenharia social originária. O capitalismo contemporâneo continua a depender dessa mesma matriz interseccional para garantir que o corpo feminino e racializado permaneça como a base invisível e gratuita que sustenta toda a engrenagem econômica global (Bakker, 2007).

Avançando na análise interseccional, é imperativo observar como a ideologia capitalista não apenas explora, mas coopta e distorce o imaginário das classes trabalhadoras para a sua própria manutenção. O atual resgate da estética das *tradwives* (esposas tradicionais) e a aspiração ao papel de "esposa troféu" evidenciam uma profunda contradição material. Historicamente, o direito à domesticidade protegida foi um privilégio exclusivo de mulheres brancas e burguesas, algo que Angela Davis (2016) evidência ao demonstrar que a mulher negra e periférica sempre foi alijada do papel de “dona de casa” e compulsoriamente inserida em atividades braçais. Contudo, quando mulheres periféricas e de classes médias ou baixas internalizam esse discurso, iludidas pela promessa de provisão masculina, inserem-se em um cenário de extrema vulnerabilidade. Sem a rede de segurança financeira e o patrimônio da burguesia, essa dependência converte-se rapidamente em subordinação econômica, dessa forma, o capital lucra com a romantização desse trabalho reprodutivo, mascarando a perda de autonomia sob a falsa premissa de cuidado e garantindo que o

custo da reprodução social permaneça a cargo das mulheres e sem ônus para o Estado (Angela Davis; Collins & Bilge, 2016).

Dentro dessa engrenagem, o capitalismo estabelece uma rígida hierarquização de valor atrelada ao distanciamento do padrão normativo hegemônico (o homem branco, cisgênero e heterossexual). Sob a ótica interseccional, compreende-se que as opressões não anulam umas às outras, mas se sobrepõem. Um homem negro ou um homem homossexual, embora sofram marginalizações severas impostas pelo racismo e pela LGBTfobia estruturais, ainda acumulam privilégios patriarcais que os colocam, na divisão sexual do trabalho, em posições de menor subalternidade em relação às mulheres dos mesmos grupos (Angela Davis; Collins & Bilge, 2016). É importante ressaltar que o sistema opera sob uma lógica implacável, quanto mais distante um corpo está do epicentro normativo do capital, menor é o seu valor social e monetário estipulado pelo mercado onde essa arquitetura preestabelecida que justifica a manutenção de remunerações historicamente rebaixadas, utilizando o machismo e o racismo como ferramentas de rebaixamento salarial, como ocorre sistematicamente com as trabalhadoras negras (Gonzalez,1984).

Essa desvalorização transcende a folha de pagamento e cristaliza-se no imaginário social e na reprodução midiática, a negação da mulher e, de forma ainda mais violenta, da mulher negra como portadora e gestora do capital é um projeto ideológico contínuo já que na estrutura capitalista, as mulheres não são lidas como sujeitos do capital e quando alcançam sucesso financeiro, o machismo estrutural frequentemente impõe a narrativa de que "há um homem por trás" de sua ascensão, interditando a ideia de que mulheres podem ser as arquitetas da própria riqueza e da economia.

A materialidade desse viés é amplamente documentada não apenas na literatura acadêmica, mas em dinâmicas sociológicas contemporâneas registradas e disseminadas em plataformas digitais como *YouTube* e *TikTok*. Por meio do uso dessas plataformas, é possível visualizar experimentos e testes sociais recentes, um exemplo prático disso são os vídeos promocionais do governo do Paraná, no qual, em uma de suas campanhas sobre racismo que viralizou na internet em 2016 e inúmeras outras campanhas acabam evidenciando como o racismo e o sexismo estruturais condicionam a percepção pública onde desde a infância ao apresentar fotografias de mulheres negras para crianças ou adultos e questioná-los sobre quais seriam as suas profissões, a resposta imediata e esmagadora as associa a ocupações subalternizadas ou ao trabalho doméstico. Nega-se a elas, no imaginário coletivo, a possibilidade de serem lidas como médicas, executivas ou donas dos meios de produção, com isso, essa dicotomia cognitiva não é uma falha de percepção isolada, mas o reflexo exato do desenho do sistema onde o capitalismo mantém essa ordem hierárquica para assegurar que as posições de poder e acumulação permaneçam monopolizadas, enquanto os estratos inferiores são compulsoriamente ocupados pelos corpos que ele mesmo marginaliza para baratear os custos de sua

existência (G1 PR, 2016).

No âmbito doméstico e cultural, a ascensão de movimentos de extrema direita e comunidades de radicalização misógina ilustra a necessidade do capital de restaurar a subordinação feminina em tempos de crise. A romantização da estética das *tradwives* e a retórica do movimento *Red Pill* operam como ferramentas ideológicas que buscam re-naturalizar a mulher como mera prestadora de trabalho reprodutivo não remunerado. Longe de serem manifestações isoladas da internet, essas dinâmicas são projetos políticos estruturados que disputam a consciência da classe trabalhadora, utilizando o ressentimento masculino para manter hierarquias de classe e gênero que barateiam o custo de vida e amortecem o desmonte do Estado de bem-estar social promovido pelo neoliberalismo (Collins & Bilge, 2016; Tavares; Arantes, 2026; IHU, 2025).

Ao expandir essa análise para o sistema internacional, a lente interseccional revela que a engrenagem de acumulação se aprofunda no Sul Global e nas economias emergentes, um exemplo prático dessa dinâmica seria o caso da Coreia do Sul, onde a rápida modernização e a implementação de políticas neoliberais severas operaram às custas da extrema precarização da classe trabalhadora e da manutenção da maior disparidade salarial de gênero da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Tragédias sistêmicas resultantes da desregulamentação neoliberal como o desastre da balsa Sewol, que escancarou a negligência estatal ao vitimar centenas de jovens expõem como o Estado prioriza a acumulação de capital em detrimento da vida. Em resposta a esse sufocamento econômico e à misoginia estrutural, eclodem movimentos de resistência radical, como o movimento 4B, evidenciando que as dinâmicas de poder nas Relações Internacionais são estruturadas pela clivagem de gênero (Miller, 2017; Lee, 2024).

Além disso, a expropriação da reprodução social, descrita historicamente por Silvia Federici, ganha contornos transnacionais através das chamadas "cadeias globais de cuidado" onde a economia política internacional contemporânea sustenta-se sobre um fluxo migratório onde mulheres do Sul Global (especialmente da América Latina e do Sudeste Asiático) deixam seus países para assumir o trabalho reprodutivo e de cuidado nos países centrais. Essa transferência internacional de exploração é profundamente racializada e baseada em classe, permitindo que as mulheres do Norte Global se insiram no mercado de trabalho produtivo enquanto o sistema capitalista continua sem arcar com os custos reais da reprodução da vida humana (Federici, 2019; Hochschild, 2001).

Por fim, a acumulação primitiva contínua se materializa na expropriação de territórios e recursos naturais, processos que atingem os corpos de forma interseccional. O avanço do agronegócio e da mineração transnacional na América Latina e na África afeta desproporcionalmente mulheres indígenas e negras, que são as principais responsáveis pela segurança alimentar de suas comunidades. A violência política direcionada a essas lideranças

territoriais não é um desvio do capitalismo, mas o seu método padrão de expansão (Alberti, 2019). Portanto, compreender o futuro do capitalismo exige reconhecer que a extração de mais-valia no século XXI depende, indissociavelmente, do sexismo, do racismo e da espoliação colonial que dividem e hierarquizam a classe trabalhadora global.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou evidenciar que a compreensão sobre o futuro do capitalismo e suas crises sistêmicas permanece incompleta se analisada exclusivamente sob a ótica da produção mercantil. Ao revisitar a economia política clássica através das lentes do feminismo materialista e da interseccionalidade, confirma-se a hipótese de que a transição e a manutenção do sistema capitalista exigiram e ainda exigem a subversão ativa dos papéis de gênero e a apropriação do trabalho reprodutivo. A acumulação primitiva não foi um evento histórico encerrado com os cercamentos de terras, mas um processo contínuo que transformou os corpos femininos e racializados na base de sustentação invisível e não remunerada da economia global.

A pesquisa demonstrou que a divisão sexual do trabalho e o "patriarcado do salário" não são falhas do sistema, mas engrenagens desenhadas pelo próprio sistema para baratear os custos de reprodução da força de trabalho. Esse cenário torna-se ainda mais nítido diante das políticas neoliberais contemporâneas, que promovem o encolhimento do Estado e transferem o ônus do cuidado para a esfera doméstica. Nesse contexto, a ascensão de narrativas misóginas e movimentos de extrema direita nas plataformas digitais como a estetização das "*tradwives*" e a radicalização "*Red Pill*" não operam em um vácuo cultural. Representam, na verdade, reações ideológicas do próprio capital na tentativa de restaurar o controle sobre os corpos e garantir a continuidade da exploração do trabalho reprodutivo diante do aprofundamento das crises sistêmicas.

Contudo, a análise revela que essa violência política e econômica possui gradações profundas. A ferramenta da interseccionalidade provou-se indispensável para destrinchar a teia do poder capitalista, evidenciando que a exploração não atinge a classe trabalhadora de forma homogênea. O rebaixamento salarial, a formação de cadeias globais de cuidado e a expropriação de territórios no Sul Global operam mediante a sobreposição de marcadores de raça, classe e gênero. A arquitetura do sistema mantém a marginalização de mulheres, em especial as negras e periféricas, enquanto concede privilégios patriarcais a indivíduos que se aproximam do epicentro normativo do capital.

Conclui-se, portanto, que qualquer formulação de resistências ou alternativas viáveis ao modelo capitalista vigente não pode prescindir da superação dessa matriz de dominação. O futuro da economia política global e a construção de uma sociedade equitativa exigem o reconhecimento e a desarticulação não apenas da exploração de classe, mas da intrincada aliança histórica entre o capital, o racismo estrutural e o controle patriarcal.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Mia. ‘Now belongs to us’: Women take lead in Brazil’s indigenous fight. **Al Jazeera**, Doha, 25 abr. 2019. Disponível em: https://www.aljazeera.com/features/2019/4/25/now-belongs-to-us-women-take-lead-in-brazils-indigenous-fight. Acesso em: 23 mar. 2026.

BAKKER, Isabella. Social Reproduction and the Constitution of a Gendered Political Economy. **New Political Economy**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 541-556, dez. 2007.

COLLINS, P. H.; BILGE, Sirma. Intersectionality. Malden: Polity Press, 2016. New York: **Cambridge University Press**, 1998.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: **Boitempo**, 2016. Disponível em: https://piape.prograd.ufsc.br/files/2020/07/Angela-Davis-Mulheres-ra%C3%A7a-e-classe-Boitempo.pdf. Acesso em: 23 mar. 2026.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Em: ***Ciências Sociais Hoje*****, Anpocs**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. Cadeias globais de cuidado e mais-valia emocional. In: HUTTON, Will; GIDDENS, Anthony. **No limite: vivendo com o capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 173-190.

IHU. As 'tradwives' são o prenúncio de um colapso sistêmico. Entrevista a Meagan Day. **Instituto Humanitas Unisinos (IHU)**, São Leopoldo, 15 maio de 2025. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/651927-as-tradwives-sao-o-prenuncio-de-um-colapso-sistemico. Acesso em: 23 mar. 2026.

LEE, Rachel. Sem sexo, casamento, namoro ou bebês: por dentro do movimento feminista 4B. **BBC News Brasil**, 29 fev. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c8d96qrd32no. Acesso em: 23 mar. 2026.

MILLER, Owen. *South Korea After Park.* **Jacobin**, Nova York, 18 de maio de 2017. Disponível em: https://jacobin.com/2017/05/south-korea-elections-moon-jae-in-park-chaebols-north-korea. Acesso em: 23 mar. 2026.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. *In*: MARX, Karl. **O Capital - Livro 1**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1, t. 2, cap. 24.

TAVARES, Esther; ARANTES, Tamires. Feminicídio e “red pill”: a organização da misoginia na barbárie do capital. **Revista Movimento**, 17 mar. 2026. Disponível em: https://movimentorevista.com.br/2026/03/feminicidio-e-red-pill-a-organizacao-da-misoginia-na-barbarie-do-capital/. Acesso em: 23 mar. 2026.

G1 PR. Campanha do Governo do Paraná sobre racismo viraliza na internet. **PARANÁ RPC**, Curitiba, nov. 2016. Disponível em: https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/11/campanha-do-governo-do-parana-sobre-racismo-viraliza-na-internet.html. Acesso em: 23 mar. 2026.